

RECLAMAÇÃO 20.747 ESPÍRITO SANTO

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECLTE.(S)	: MUNICÍPIO DE CARIACICA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CARIACICA
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: SHEILA ROCHA DA COSTA
ADV.(A/S)	: PATRICIA DE ARAUJO SONEGHETE
INTDO.(A/S)	: FORTE BRED A ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
ADV.(A/S)	: NEI LEAL DE OLIVEIRA

DESPACHO

RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO PROFERIDA NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE N. 16. VISTA AO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA. TRANSCURSO DE TEMPO. REQUISIÇÃO DOS AUTOS.

1. Em 12.5.2015, determinei vista destes autos eletrônicos ao Procurador-Geral da República, tendo sido encaminhados ao órgão em 5.6.2015.

2. Embora conhecida a carga de trabalho da Procuradoria-Geral da República, a questão jurídica versada na reclamação tem sido objeto de reiterados e invariáveis pronunciamentos daquele órgão, a revelar a possibilidade de se prosseguir à apreciação da demanda.

3. Pelo exposto, **requisite-se o processo ao Procurador-Geral da República**, assegurada a possibilidade de juntada posterior de parecer

RCL 20747 / ES

(art. 50, § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 5 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora